



BANCO SEMEAR S.A.

CNPJ: 00.795.423/0001-45
Av. Afonso Pena, 3.577 - 3º andar - Funcionários - Belo Horizonte-MG

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração do Banco Semear, em conformidade com a legislação em vigor, apresenta as Demonstrações Financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, juntamente com as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes.

O Banco Semear, banco múltiplo, de capital fechado, com atuação em todo o território brasileiro, é focado nos segmentos de pessoa física e pessoa jurídica, atuando com operações de crédito e serviços financeiros.

Nos segmentos de pessoa física, Negócio Varejo, atuamos diretamente no financiamento de bens de consumo duráveis (CDC) e empréstimo pessoal, por meio de redes varejistas regionais, que responde atualmente por 56,3% da carteira de crédito total, porém com estratégia clara de pulverização desta base através de ampliação de novas parcerias operacionais.

No segmento de pessoa jurídica, Negócio Empresa, atua junto a empresas de pequeno e médio porte com operações prioritariamente de curto e médio prazo, com operações de capital de giro, antecipação e aquisição de recebíveis, em especial de cartões. A estratégia de atuação focou na pulverização da carteira, privilegiando operações performadas e a qualidade das garantias recebidas, em especial travas de domicílios bancários de cartões.

O Planejamento Estratégico alinhado ao foco de atuação, para os próximos anos, permanece com forte investimento na infraestrutura, inserção no universo digital, em especial voltado para expansão de operações no mercado de meios de pagamentos, fortalecimento de governança e continuidade de ampliação do portfólio de produtos e serviços para melhor atender os nossos clientes.

Adicionalmente, vem ampliando seu portfólio de serviços, com distribuição de seguros e aquisição, aproveitando-se da sinergia entre seus negócios. Nesse semestre, o Banco obteve crescimento expressivo de seus índices em relação ao mesmo período do ano anterior espelhando a retomada da economia que demonstrou sinais de recuperação permitindo a viabilização do planejamento definido. Assim, auferiu um desempenho positivo no período impulsionado pelo reflexo de adequada gestão de controle dos custos e qualidade no processo de concessão de crédito.

No cenário econômico, tivemos o avanço do PIB do Brasil de 1,0% em 2017 para 1,3% no acumulado de 12 meses até março/2018 com perspectiva de 1,5% para o ano de 2018, a Selic foi reduzida consecutivamente por 12 vezes, saindo de 14,25% em agosto/2016 para os atuais 6,50% e a inflação, medida pelo IPCA, acumulada em 12 meses atingiu 4,4% em junho/2018 com perspectiva de 4,11% para o ano de 2018.

Nesse período, o Banco apresentou aumento de 115,7% no resultado de intermediação financeira, totalizando R\$ 45,3 milhões, e diminuição de 14,0% no saldo de crédito tributário, totalizando o montante de R\$ 74,4 milhões. A carteira de crédito Pessoa Física representa 71,1% da carteira total, sendo 45,7% de Crédito Direto ao Consumidor, 14,8% de Carteira Imobiliária e 10,6% de Empréstimo Pessoal. Os demais 28,9% da carteira total relativos à Pessoa Jurídica estão distribuídos, principalmente, na carteira de Capital de Giro (24,2%) e Aquisição de Recebíveis (4,6%). Destacamos também a melhora nos índices de provisão de crédito, com redução de 2,3 pontos percentuais em relação ao ano anterior, sendo o índice de provisão de 6,0% no 1º semestre/2018 e 8,3% no 1º semestre/2017, o que reforça a estratégia do Banco na mudança de perfil na concessão de crédito.

Em relação ao funding, houve um decréscimo na ordem de 6,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. A carteira de depósitos a prazo totalizou R\$ 644,3 milhões, pulverizadas entre correntistas e distribuidores, emitidos com prazo de liquidez alongado, sendo que os CDBs continuam sendo a principal fonte de captação.

Neste contexto, o Banco obteve lucro líquido acumulado no 1º semestre/2018 no montante de R\$ 161 milhões, oriundo de um resultado operacional de R\$ 26,0 milhões. O patrimônio líquido alcançou o montante de R\$ 118,2 milhões, o índice de Basileia apurado foi de 16,2%, mantendo-se estrutura de capital confortável e sustentável para suportar eventuais riscos inerentes ao negócio e crescimento projetado para os próximos períodos.

Os resultados alcançados neste ano refletem a gestão positiva e eficiente de nossas operações, com ampliação do portfólio, mitigação de riscos e diversificação dos negócios, com a devida adequação ao contexto de mercado e execução do Planejamento Estratégico aprovado. Agradecemos aos nossos clientes, colaboradores e parceiros pela confiança.

A Administração.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 2017 - (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018		2017	
		2018	2017	2017	2016
Circulante		659.498	679.040		
Disponibilidades	4	1.410	612		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	33.303	57.100		
Aplicações no mercado aberto		33.002	56.798		
Aplicações em depósitos interfinanceiros		301	302		
Títulos e valores mobiliários	6	93.279	86.802		
Carteira própria		93.222	86.802		
Vinculados à prestação de garantias		57	-		
Relações interfinanceiras	886	766			
Pagamentos e recebimentos a liquidar		523	367		
Depósito no Banco Central		307	121		
Correspondentes		56	278		
Operações de crédito	7	439.797	427.050		
Setor privado		463.915	470.425		
(-) Prov. p/ créditos de liquidação duvidosa		(24.118)	(43.375)		
Outros créditos	9	56.123	71.776		
Outros valores e bens	10	34.700	34.934		
Não circulante	182.361	186.687			
Realizável a longo prazo	181.328	185.358			
Operações de crédito	7	24.644	15.734		
Setor privado		27.811	17.798		
(-) Prov. p/ créditos de liquidação duvidosa		(3.167)	(2.064)		
Outros créditos	9	153.513	166.876		
Outros valores e bens	10	3.171	2.748		
Permanente	1.033	1.329			
Investimentos		-	137		
Imobilizado de uso		502	552		
Intangível		531	640		
Total do ativo	841.859	865.727			
Passivo e patrimônio líquido		841.859	865.727		
Circulante	392.492	322.863			
Depósitos		345.736	305.652		
Depósitos à vista	11.a	6.611	13.635		
Depósitos a prazo	11.a	339.125	292.017		
Recursos de aceites e emissão de títulos	11.b	21.665	4.559		
Relações interfinanceiras	168	215			
Outras obrigações	12	24.293	12.052		
Recursos antecipados	630	385			
Não circulante	331.164	436.144			
Depósitos		305.180	394.478		
Depósitos a prazo	11.a	305.180	394.478		
Recursos de aceites e emissão de títulos	11.b	-	11.811		
Outras obrigações	12	24.496	28.271		
Recursos antecipados	1.488	1.584			
Patrimônio líquido	13	118.203	106.720		
Capital social		104.119	104.119		
Reserva Legal		1.924	130		
Reserva de Retenção de lucro		12.160	2.471		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 - (Em milhares de Reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2016	Reservas de Lucro				Total
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Retenção de lucro	Lucros/ Prejuízos acumulados	
127.036	-	-	-	(22.167)	104.869
Aumento de capital com saldo de juros s/ capital próprio	4.250	-	-	(4.250)	-
IRRF sobre o capital próprio exercício 2016	-	-	-	(750)	(750)
Redução de capital	(27.167)	-	-	27.167	-
Resultado do semestre	-	-	-	2.601	2.601
Constituição de Reserva Legal	-	130	-	(130)	-
Reclassificação para Reserva de Retenção de Lucros	-	-	2.471	(2.471)	-
Saldo em 30 de junho de 2017	104.119	130	2.471	22.167	106.720
Saldo de mutação do semestre	(22.917)	130	2.471	22.167	1.851
Saldo em 31 de dezembro de 2017	104.119	993	11.461	11.461	116.573
Resultado do semestre	-	-	-	16.130	16.130
Juros sobre o capital próprio - pagos	-	-	-	(2.500)	(2.500)
Dividendos - pagos	-	-	(11.461)	(539)	(12.000)
Constituição de Reserva Legal	-	931	-	(931)	-
Reclassificação para Reserva de Retenção de Lucros	-	-	12.160	(12.160)	-
Saldo em 30 de junho de 2018	104.119	1.924	12.160	916	118.203
Saldo de mutação do semestre	-	931	699	-	1.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Semear S.A. é um banco múltiplo, de capital fechado, fundado em 2006, com atuação em todo território brasileiro. Está situado em Belo Horizonte, oferecendo aos seus clientes amplo portfólio de produtos e serviços financeiros, nos segmentos pessoa física e jurídica, com os seguintes produtos:

- Pessoa física: Operações de financiamento de bens de consumo duráveis (CDC) e empréstimo pessoal, através de redes varejistas regionais de eletrodomésticos.
- Pessoa jurídica: Operações para empresas pequenas e médias nas modalidades de capital de giro, antecipação e aquisição de recebíveis, em especial de cartões de crédito.
- Serviços: Investimentos, aquisição, cartões e intermediação de seguros.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), com as alterações da Lei nº 11.638/2007, nas normas e instruções do Banco Central do Brasil, contidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), no que for aplicável.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil.

- Resolução nº 3.566/2008 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1).
- Resolução nº 3.604/2008 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2).
- Resolução nº 3.750/2009 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1).
- Resolução nº 3.823/2009 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25).
- Resolução nº 3.973/2011 - Evento Subsequente (CPC 24).
- Resolução nº 3.989/2011 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1).
- Resolução nº 4.007/2011 - Políticas contábeis, mudança de estimativas e retificação do erro (CPC 23).
- Resolução nº 4.144/2012 - Pronunciamento conceitual básico (CPC 00 R1).
- Resolução nº 4.424/2015 - Benefícios a Empregados (CPC 33 R1).
- Resolução nº 4.534/2016 - Ativo intangível - (CPC 04 R1).
- Resolução nº 4.535/2016 - Ativo imobilizado - (CPC 27).

Atualmente, não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de forma temporária ou retrospectiva.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material, no semestre e período findos em 30 de junho de 2018, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 7 - Critério de provisionamento: mensuração de perdas estimadas com operação de crédito.
- Nota Explicativa nº 8 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Nota Explicativa nº 12 - Reconhecimento e mensuração de contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 20 de agosto de 2018.

3 Principais critérios contábeis adotados

a. Apuração de resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime contábil de competência e são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem, e, quando se correlacionam, ocorre o reconhecimento de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

As operações com encargos financeiros prefixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

O resultado é ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em períodos seguintes.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da contratação.

c. Provisão para perdas com operações de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos seus garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independen-

Demonstrações de resultados Semestre findo em 30 de junho de 2018 e 2017 - (Em milhares de Reais)

	Nota	2018		2017	
		2018	2017	2017	2016
Receitas de intermediação financeira		86.568	95.866		
Operações de crédito	7.g	72.073	73.042		
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez mobiliários	5.b	981	5.771		
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	6.c	2.865	4.406		
Despesas de intermediação financeira		(10.649)	(12.647)		
Operações de captação do mercado	11.c	(27.172)	(46.957)		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.d	(14.131)	(27.923)		
Resultado bruto da intermediação financeira		45.265	20.986		
Outras receitas (despesas) operacionais		(19.290)	(13.440)		
Receitas de prestação de serviços		1.322	1.814		
Rendas de tarifas bancárias		2.198	5.629		
Despesas de pessoal	15	(8.482)	(6.346)		
Outras despesas administrativas	16	(15.797)	(17.978)		
Despesas tributárias	17	(6.809)	(5.485)		
Resultado de participações em coligadas e controladas		4	68		
Outras receitas operacionais	18	16.144	18.053		
Outras despesas operacionais	19	(7.870)	(9.195)		
Resultado operacional		25.975	7.546		
Resultado não operacional		1.683	(696)		
Resultado antes da tributação sobre o lucro e as participações		27.658	6.850		
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	20	(5.722)	(238)		
Passivo fiscal diferido	20	(42)	(79)		
Ativo fiscal diferido	8 e 20	(5.764)	(3.932)		
Resultado do semestre		16.130	2.601		
Resultado por ações - RS		0,12	0,02		

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 - (Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2018		2017	
	2018	2017	2017	2016
Resultados dos semestres	16.130	2.601		
Ajustes ao lucro líquido	19.388	32.950		
Depreciação e Amortização	288	283		
Ajuste em Investimento coligada e controlada	(4)	(68)		
Provisão para devedores duvidosos	14.131	27.923		
Provisão bens retomados - com pendência em cartórios	(1.261)	(2.840)		
Provisão para perdas em outros valores e bens	769	(1)		
Provisão para impostos e contribuições diferidos	42	79		
Provisão para pagamentos a efetuar	1.360	2.178		
Provisão para passivos contingentes	(1.701)	1.536		
Provisão para devedores por compra de valores e bens	-	(72)		
Provisão para créditos tributários	5.764	3.932		
Redução (aumento) nos ativos	69.223	(57.913)		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.013	21.278		
Títulos e valores mobiliários	(2.865)	(13.670)		
Operações de créditos	53.760	(76.426)		
Outros créditos	17.353	27.228		
Outros valores e bens	(2.342)	(15.680)		
Relações interfinanceiras e interdependência	(696)	(643)		
Aumento (redução) nos pass				



BANCO SEMEAR S.A.
CNPJ: 00.795.423/0001-45
Av. Afonso Pena, 3.577 - 3º andar - Funcionários - Belo Horizonte-MG

b Classificação por tipo de títulos e vencimentos

Títulos para negociação (I)	2018			
	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor mercado/contábil	Custo de aquisição atualizado
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	68.769	24.510	93.279	93.194
Total	68.769	24.510	93.279	93.194

Títulos para negociação (I)	2017			
	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor mercado/contábil	Custo de aquisição atualizado
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	14.261	72.541	86.802	86.833
Total	14.261	72.541	86.802	86.833

(1) para fins de publicação, os títulos denominados na categoria para negociação são apresentados no ativo circulante, conforme § único do art. 7 da Circular Bacen 3.068/2001.

c. Resultado com títulos e valores mobiliários

	2018	2017
Rendas de títulos de renda fixa	2.865	4.406
Total	2.865	4.406

7 Operações de crédito

As operações de crédito concentram-se em pessoas físicas, bem como em pequenas e médias empresas, e, de acordo com as normas da Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional, encontram-se classificadas conforme demonstrado a seguir:

a. Classificação da carteira, por tipo de produto

	2018		2017	
	Carteira	% da	Carteira	% da
Capital de Giro	145.377	24%	168.462	27%
Títulos Descontados	18	0%	21	0%
Adiant. a Depositantes	98	0%	124	0%
Conta Garantida	8	0%	108	0%
Crédito Pessoal	63.743	11%	56.679	9%
Cartão de Crédito	-	-	3	0%
Financiamento Imobiliário	8.391	1%	4.580	1%
Crédito Direto ao Consumidor	274.090	46%	258.246	41%
Total de operações de Crédito	491.726		488.223	
Circulante	463.915		470.425	
Não Circulante	27.811		17.798	

Crédito de Crédito Pós Pago 0%
Aquisição de Crédito - Recebíveis de Crédito 6%
Aquisição de Crédito - Recebíveis de Crédito 5%
Aquisição de Crédito - Recebíveis de Crédito 6%

Total de Operações de Crédito com Carac. de Concessão de Crédito (Nota 9) **108.624** **138.421**

Circulante 37.994 52.610
Não Circulante 70.530 85.814

Total operações de créditos e outros créditos com característica concessão de crédito **600.350** **626.644** **100%** **100%**

Circulante 501.909 526.035
Não Circulante 98.441 103.608

(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (27.285) (45.439)

(-) Provisão para perdas com outros créditos com característica de concessão de crédito (Nota 9) (8.505) (6.372)

Total **(35.790)** **(51.811)**

Circulante (25.816) (44.994)
Não Circulante (9.974) (6.817)

Total **564.560** **574.832**

Circulante 476.093 481.040
Não Circulante 88.467 96.791

b. Classificação da carteira por risco de crédito

Níveis de risco	% de Risco	2018		2017	
		Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
AA	-	-	-	-	-
A	0,5%	400.670	(2.003)	477.802	(2.386)
B	1,0%	67.813	(678)	46.718	(467)
C	3%	61.807	(1.854)	29.605	(888)
D	10%	28.274	(2.828)	15.167	(1.517)
E	30%	13.681	(4.104)	7.754	(2.326)
F	50%	4.735	(2.367)	7.556	(3.778)
G	70%	4.715	(3.301)	7.710	(5.397)
H	100%	18.655	(18.655)	35.052	(35.052)
Totais		600.350	(35.790)	626.644	(51.811)

Circulante 501.909 (25.816)
Não Circulante 98.441 (9.974)

Total **600.350** **(35.790)** **626.644** **(51.811)**

c. Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2018	2017
Saldo no início do período	40.296	59.115
Constituição - operação de créditos	15.003	46.375
Reversão - operação de créditos	(872)	(18.452)
Créditos de liquidação duvidosa baixados para prejuízo	(18.637)	(35.227)
Saldo no final (*)	35.790	51.811

(*) A redução da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) no 1º semestre 2018, ocorreu devido mudança a estratégia do Banco em conceder crédito de menor risco e melhor qualidade, passando a operar com CDC estruturado, ao invés do CDC tradicional.

d. Despesas provisão para crédito de liquidação duvidosa líquida de recuperação

	2018	2017
Constituição - operação de créditos	15.003	46.375
Reversão - operação de créditos	(872)	(18.452)
Total	14.131	(27.923)

e. Carteira por atividade econômica

	2018		2017	
	Carteira	% da Carteira	Carteira	% da Carteira
Atividade econômica				
Indústria	45.431	8%	78.547	13%
Comércio	21.597	4%	57.356	9%
Serviços	106.280	18%	73.727	12%
Pessoa física	427.042	70%	417.014	66%
Totais	600.350	100%	626.644	100%

f. Carteira por faixa de vencimento

	2018		2017	
	Carteira	% da	Carteira	% da
Prazo de vencimento				
Vencidas	45.108	7%	52.529	8%
A vencer até 30 dias	86.320	14%	84.418	14%
A vencer de 31 a 60 dias	118.830	20%	86.875	14%
A vencer de 61 a 90 dias	57.169	10%	58.810	9%
A vencer de 91 a 180 dias	117.896	20%	117.268	19%
A vencer de 181 a 360 dias	76.586	13%	126.136	20%
A vencer após 360 dias	98.441	16%	103.608	16%
Totais	600.350	100%	626.644	100%

g. Resultado com operações de crédito

	2018	2017
Rendas de empréstimos	39.792	32.346
Rendas de financiamentos	89.117	71.903
Rendas Financiamento Habitacionais	561	211
Recuperação de créditos	5.751	5.550
Renda líquida bruta de operações de crédito	135.221	110.100

(-) Comissões sobre operações de crédito (63.148) (36.969)

Total **72.073** **73.042**

Devido à mudança na estratégia do Banco em conceder crédito com menor risco e melhor qualidade, passando a operar com CDC estruturado, ao invés do CDC tradicional, houve aumento nas rendas de financiamento, aumento nas comissões sobre operações de crédito e diminuição nas provisões para crédito de liquidação duvidosa (nota 7.c)

h. Outras informações de operações de crédito

No semestre findo em 30 de junho de 2018, houve operações de créditos renegotiadas no montante de R\$ 17.098 (R\$ 13.814 em 2017), com saldo de provisão de R\$ 2.927 (R\$ 3.528 em 2017) e saldos recuperados de R\$ 5.751 (R\$ 5.550 em 2017).

As garantias das operações de créditos com pessoas jurídicas são representadas por Cédulas de Crédito Bancário (CCB), caução de títulos, alienação fiduciária e penhor mercantil, ao passo que com pessoas físicas restringem-se, basicamente, a garantias fiáveis e hipotecárias.

8 Créditos tributários

A Administração reconhece créditos tributários diferidos em razão de diferenças temporárias lançadas nas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, e sobre os saldos acumulados de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

Os créditos tributários foram reconhecidos conforme Resolução CMN nº 3.059/2002, com as modificações introduzidas pela Resolução CMN nº 3.355/2006, e encontram-se registrados na rubrica "Outros Créditos", conforme Nota Explicativa nº 9 (Outros créditos), podendo ser demonstrados sinteticamente na seguinte forma:

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	9.056	-	15.964	3.464
Alíquota	25%	20%	25%	20%
Crédito tributário diferido atual (a)	2.264	-	3.991	693
Diferenças temporárias:				
Base de cálculo	162.553	88.029	74.524	122.930
Alíquota	25%	20%	25%	20%
Crédito tributário diferido atual (b)	40.638	17.606	45.268	24.586
Circulante	11.262	10.496	9.806	7.845
Não Circulante	31.640	21.007	39.453	29.391
Total (a+b)	42.902	31.503	49.259	37.236
Saldo inicial	46.001	34.168	50.874	39.553
Constituição de diferenças temporárias	4.997	3.677	9.532	6.706
Realização de diferenças temporárias	(6.727)	(5.520)	(11.086)	(8.869)
Varição no Período	(1.730)	(1.843)	(1.554)	(2.163)
Constituição de prejuízo fiscal e base negativa	84	67	262	210
Realização de prejuízo fiscal e base negativa	(1.453)	(889)	(323)	(364)
Varição no Período	(1.369)	(822)	(61)	(154)
Saldo Final Movimentado	42.902	31.503	49.259	37.236
Saldo Final Contábil	42.902	31.503	49.259	37.236

A aplicação da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido está em conformidade com a Instrução Normativa da RFB nº 1.591 de 5 de novembro de 2015.

A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está em conformidade com as exigências da legislação e os normativos aplicáveis, sendo fundamentada em Estudo Técnico de Avaliação e Reconhecimento de Créditos Tributários elaborado pelo Banco e amparado por Estudo de Viabilidade Econômico-financeira, preparado para os próximos 5 (cinco) anos, como parte do programa de readequação operacional do Banco, periodicamente revisado pela Administração. Abaixo, demonstramos a realização do crédito tributário para os próximos anos:

	2018		2017	
	Imp. de renda	Contrib. social	Imp. de renda	Contrib. social
1º Ano	11.262	10.496	9.806	7.845
2º Ano	10.460	6.276	16.230	12.984
3º Ano	5.861	3.517	7.834	4.700
4º Ano	4.707	2.824	7.983	4.790
5º Ano	5.012	3.006	5.150	3.818
Acima de 5 anos	5.600	5.384	2.257	2.999
Totais	42.902	31.503	49.260	37.136

O valor presente dos créditos tributários foi calculado com base na taxa média de Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI) projetada para os períodos demonstrados acima, a uma taxa de 8,00% a.a. e está descontado de R\$ 18.066, apurando-se, assim, o montante a ser realizado de R\$ 56.338 (R\$ 65.943 em 2016), conforme demonstrado abaixo:

	2018		2017	
	Imp. de renda	Contrib. social	Imp. de renda	Contrib. social
1º Ano	8.913	9.563	8.279	6.623
2º Ano	4.969	8.282	12.806	10.245
3º Ano	2.578	4.297	5.777	3.466
4º Ano	1.917	3.196	5.501	3.301
5º Ano	2.087	3.478	3.664	2.787
Acima de 5 anos	3.459	3.599	1.500	1.994
Totais	23.923	32.415	37.527	28.416

10 Outros valores e bens

O saldo de Outros valores e bens, encontra-se representado por:

	2018	2017
Bens não de uso próprio	33.519	27.841
Bens não de uso próprio	34.288	27.841
Prov.p/ desval. de outros valores e bens	(769)	-
Material em estoque	17	29
Despesas antecipadas	4.335	9.813
Serviços de terceiros	54	66
Comissões pela captação de títulos	4.281	5.611
Comissões correspondentes	-	4.136
Total	37.871	37.683

Circulante 34.700 34.935
Não Circulante 3.171 2.748

(a) Referem-se a bens recebidos em garantia de empréstimos, relativos as carteiras de empresas e imobiliários. Os valores apresentados estão suportados por laudos de avaliação elaborados por peritos independentes e, caso necessário, ajustado ao valor de mercado. A Administração acredita que irá realizar esses bens sem perdas significativas.

11 Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

a. Depósitos

	2018					2017				
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 12 meses a cima de	Total	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 12 meses a cima de	Total
Depósitos a vista	6.611	-	-	-	6.611	13.635	-	-	-	13.635
Depósitos a prazo (i)	-	139.364	199.761	305.180	644.305	686.495	700.190	700.190	700.190	2.112,875
Total	6.611	139.364	199.761	305.180	650.916	2.112,875	700.190	700.190	700.190	4.225,510

Circulante 345.736 305.652
Não circulante 305.180 394.478

(j) Em 2018, os dois maiores clientes, representam 47,43% e 26,35% do total de depósitos a prazo, todavia os referidos clientes são instituições que intermediam aplicações de recursos, ou seja, aplicam no banco para seus clientes, que substancialmente estão concentrados em pessoas físicas.

Os vencimentos dos depósitos a prazo e interfinanceiros concentram-se em 47% da carteira por vencimentos acima de 360 dias (57% em 2017), cujo fluxo é compatível com os vencimentos das operações ativas conforme classificação acima.

b. Recursos de aceites e emissão de títulos

	2018					2017				
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 12 meses a cima de	Total	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 12 meses a cima de	Total
Letras de crédito imobiliário	1.127	-	20.538	-	21.665	16.370	-	-	-	16.370
Total	1.127									



BANCO SEMEAR S.A.

CNPJ: 00.795.423/0001-45
Av. Afonso Pena, 3.577 - 3º andar - Funcionários - Belo Horizonte-MG

normas e procedimentos que asseguram o controle compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos seus produtos e serviços, as atividades, os processos, os sistemas e a extensão da exposição aos riscos, proporcionando uma gestão efetiva da Instituição.

O gerenciamento do risco operacional do Banco Semear encontra-se segmentado em duas abordagens, quais sejam: (i) a qualitativa e (ii) a quantitativa.

Qualitativa
A abordagem qualitativa é composta por metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas da Instituição.

Quantitativa
A abordagem quantitativa é composta pelo acompanhamento contábil das perdas originadas pelas incidentes de risco operacional. A área de riscos identifica a origem de sua ocorrência e a associa com as rubricas contábeis específicas. Esta dinâmica permite a realização periódica de consistências correlatas à perda estimada em relação à perda realizada e aos incidentes registrados.

e. Risco Socioambiental
O Risco Socioambiental é representado por potenciais danos que uma atividade econômica pode causar à sociedade e ao meio ambiente.

O processo de gerenciamento de risco socioambiental da Instituição conta com uma estrutura de governança composta por comitês, políticas, normas e procedimentos que buscam promover o tratamento adequado das questões socioambientais, minimizando riscos e corrigindo eventuais deficiências identificadas. Este processo atende a Resolução nº 4.327 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e observa os princípios de relevância e proporcionalidade, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Instituição.

f. Gerenciamento de capital e limites operacionais
A Resolução CMN nº 4.557/2017, define o "gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle de capital mantido pela Instituição, avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos aos quais a Instituição está sujeita, planejamento de metas e de necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição".

Com o intuito de garantir a efetividade do gerenciamento de capital, as áreas da Instituição compartilham responsabilidades e controles, sendo que todos os envolvidos acompanham a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizem os riscos e corrigem eventuais deficiências identificadas.

O gerenciamento de capital da Instituição atua de forma a antecipar a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças das condições de mercado. Dentro deste contexto, o Banco Semear tem como objetivo: (i) assegurar a solvência, a liquidez e o adequado nível de retorno sobre o capital; (ii) implantar e manter processos de gerenciamento de capital que possibilitem a identificação e a avaliação dos riscos relevantes; (iii) manter adequado o capital regulatório em conformidade com as regras estipuladas pelo órgão regulador por meio das normas vigentes aplicáveis; (iv) garantir que os processos de gerenciamento de capital cumpram a regulamentação vigente e estejam alinhados com as melhores práticas nacionais e internacionais de gestão; (v) identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos inerentes aos produtos, serviços e operações da Instituição; (vi) avaliar os impactos sobre os resultados; e (vii) decidir tempestivamente sobre os limites de exposições aceitos.

	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	112.689	99.698
Patrimônio de Referência Nível I	112.689	99.698
Capital Principal - CP	112.689	99.698
Ativos Ponderados por Risco - RWA	697.224	701.333
RWA para Risco de Crédito por		
Abordagem Padronizada - RWACPAD	630.418	651.174
RWA para Risco de Mercado - RWAMPAD	-	-
RWA para Risco Operacional por Abordagem	-	-
Padronizada - RWAOPAD	66.806	50.159
Requerimento Mínimo de Capital		
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA	31.375	31.560
Patrimônio de Referência Nível I Mínimo	-	-
Requerido para o RWA	41.833	42.080
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	60.136	64.873
Margem sobre os Requerimentos de Capital		
Margem Sobre o Capital Principal Requerido	81.314	68.138
Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	70.856	57.618
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	16,16%	14,22%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	16,16%	14,22%
Índice de Basileia (PR/RWA)	16,16%	14,22%

Os princípios e as normas que direcionam o gerenciamento dos riscos envolvidos nas operações e nos processos da Instituição, bem como a estrutura constituída para assegurar identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação destes, em conformidade com as determinações emanadas da Circular nº 3.678/2013 do Banco Central do Brasil - BCB encontram-se disponíveis no site www.bancosemea.com.br

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DEL REI/MG
CNPJ: 21.483.615/0001-96 - NIRE: 3130012012-2
ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA DE 20/07/18. Hora e local: Sede social, na cidade de Muriaé/MG, à Av. Cristiano Ferreira Varella, 55, CEP 36888-233, às 08h. Presença: Dos diretores: Eric Braz Tambasco (CPF 898.721.186-04); e William Tanus Xia (CPF 114.375.536-72), em conformidade com o estabelecido no § Único, do Art. 2º, do Estatuto da Companhia. Ordem do dia: Constituição de Filial (depósito fechado). Deliberação Unânime: De acordo com o § Único, do Art. 2º, do Estatuto Social, a Diretoria deliberou constituir, a partir desta data, depósito fechado na Rod. BR 482 Km 95, nº 3.454, Lote 01, Qd. 05, Bairro Bela Vista, Guaçuí/ES, CEP 29560-000. Encerramento: Sem mais assuntos a tratar, os Diretores da Companhia assinam esta ata. Muriaé/MG, 20/07/18. Eric Braz Tambasco; William Tanus Xia. JUCEMG nº 6935142 em 23/07/2018. Marinely de Paula Bonfim - Secretária Geral.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE UNAI - MG
comunica a todos os licitantes e a quem possa interessar que devido trânsito em julgado administrativo da inabilitação da empresa Dionísio Cardoso Construções Ltda, realizará a REABERTURA da Sessão Pública da TOMADA DE PREÇOS nº 001/2018, do tipo menor preço global, para construção do muro de fechamento e da calçada no terreno do Instituto, localizado à Rua Francisco R. da Silva esquina com Av. Princesa Izabel, às 09h00min do dia 28 de agosto de 2018, na sede do Instituto, situada à Rua Calixto Martins de Melo n.º 370, Centro, Unai-MG.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS - IPREM
EXTRATO DE CONTRATOS
CONTRATANTE: Instituto de Previdência Municipal de Patos de Minas - IPREM. CONTRATADA: MILA EMPREITEIRA LTDA - ME. Contrato: 005/2018. Objeto: Contratação de mão de obra em serviços de limpeza para Instituto de Previdência Municipal de Patos de Minas - IPREM (25 horas semanais) por um período de 30 (trinta) dias para substituição de férias regulares: MARCO TULIO ROCHA PORTO - Superintendente do IPREM.

SERVEJO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - SAAE/UNAI-MG
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2018
O SAAE/Unai-MG, torna público para conhecimento das empresas interessadas, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL nº 25/2018, com julgamento no dia 06/09/2018 às 09:00 horas. Objeto: Contratação de MÊS, EPPs e/ou equiparadas para fornecimento de areia, brita, pó de brita, tijolos, cimentos e blocos de concreto. Tipo: menor preço por item. O Edital, e informações poderão ser obtidos através do telefax (38)3676-1521, site www.saaeunai.mg.gov.br ou e-mail: licitacao@saaeunai.mg.gov.br. Unai-MG, 23 de agosto de 2018 - Síndicley Adriano de Sousa - Pregoeiro.

SERVEJO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - SAAE/ITAUNA-MG
EXTRATO DE PREÇOS Nº 03/2018
DO PREGÃO PRESENCIAL 21/2018, firmado em 14.08.2018, entre o Serviço Municipal de Saneamento Básico de Unai-MG e a empresa QUIMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS E TRATAMENTO DE ÁGUA LTDA-ME. Objeto: Aquisição parcelada de Sal granulado. Dotação: 03.02.00.17.512.3001.2005.3.3.90.30.00. Vigência: 12 (doze) meses. Com fundamento na Lei nº. 8666/93; Signatários: pela Contratante; Geraldo Antônio de Oliveira e pela Contratada: Arnoldo Silva Veggi.

SERVEJO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - SAAE/ITAUNA-MG
EXTRATO DE PREÇOS Nº 03/2018
DO PREGÃO PRESENCIAL 21/2018, firmado em 14.08.2018, entre o Serviço Municipal de Saneamento Básico de Unai-MG e a empresa QUIMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS E TRATAMENTO DE ÁGUA LTDA-ME. Objeto: Aquisição parcelada de Sal granulado. Dotação: 03.02.00.17.512.3001.2005.3.3.90.30.00. Vigência: 12 (doze) meses. Com fundamento na Lei nº. 8666/93; Signatários: pela Contratante; Geraldo Antônio de Oliveira e pela Contratada: Arnoldo Silva Veggi.

SERVEJO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - SAAE/ITAUNA-MG
EXTRATO DE PREÇOS Nº 03/2018
DO PREGÃO PRESENCIAL 21/2018, firmado em 14.08.2018, entre o Serviço Municipal de Saneamento Básico de Unai-MG e a empresa QUIMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS E TRATAMENTO DE ÁGUA LTDA-ME. Objeto: Aquisição parcelada de Sal granulado. Dotação: 03.02.00.17.512.3001.2005.3.3.90.30.00. Vigência: 12 (doze) meses. Com fundamento na Lei nº. 8666/93; Signatários: pela Contratante; Geraldo Antônio de Oliveira e pela Contratada: Arnoldo Silva Veggi.

SERVEJO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - SAAE/ITAUNA-MG
EXTRATO DE PREÇOS Nº 03/2018
DO PREGÃO PRESENCIAL 21/2018, firmado em 14.08.2018, entre o Serviço Municipal de Saneamento Básico de Unai-MG e a empresa QUIMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS E TRATAMENTO DE ÁGUA LTDA-ME. Objeto: Aquisição parcelada de Sal granulado. Dotação: 03.02.00.17.512.3001.2005.3.3.90.30.00. Vigência: 12 (doze) meses. Com fundamento na Lei nº. 8666/93; Signatários: pela Contratante; Geraldo Antônio de Oliveira e pela Contratada: Arnoldo Silva Veggi.

15. Despesa com pessoal

	2018	2017
Proventos	(6.026)	(4.140)
Encargos sociais	(1.428)	(1.232)
Benefícios	(998)	(920)
Despesas de honorários de Diretoria	(30)	(54)
Total	(8.482)	(6.346)

16. Outras despesas administrativas

	2018	2017
Despesas de outros serviços de terceiros	(6.265)	(6.453)
Despesas de serviços técnicos especializados	(1.542)	(1.904)
Despesas de serviços do SFN	(650)	(1.730)
Despesas de processamento de dados	(2.574)	(2.106)
Despesas de indenizações judiciais	(1.400)	(2.268)
Despesas de localização e funcionamento	(1.468)	(1.229)
Despesas de empenhos e publicações	(523)	(1.088)
Despesas de marketing e promoções	(290)	(115)
Demais despesas administrativas	(1.085)	(1.085)
Total	(15.797)	(17.978)

17. Despesas tributárias

	2018	2017
COFINS	(5.377)	(3.983)
PIS	(874)	(697)
IOF bancado	(26)	(5)
ISS	(170)	(371)
ITBI/ IPTU	(343)	(432)
Outros tributos	(19)	(47)
Total	(6.809)	(5.485)

18. Outras receitas operacionais

	2018	2017
Reversão de provisões para pagamentos a efetuar	1.556	3.540
Reversão de provisões bens em pendência transitória cartorais	1.261	2.840
Reversão de provisões para contingências - Trabalhistas	796	8
Reversão de provisões para contingências - Ações cíveis	905	73
Reversão de prov. desvalorização outros valores e bens	-	73
Reversão outras provisões	-	1
Taxa de permanência no recebimento de créditos	4.409	7.868
Multas no recebimento de créditos em atraso	2.645	2.845
Recuperação de encargos e despesas	1.390	71
Variações monetárias ativas	447	621
Rendas de acordos operacionais	102	77
Rendas de oper. aquisição de recebíveis	431	36
Reversão de provisões sobre garantias prestadas	55	-
Outras rendas operacionais	2.147	1
Total	16.144	18.054

21. Transações com partes relacionadas a. Sumário das transações

	2018	2017
Pessoal chave da administração	-	-
Outras partes relacionadas (1)	79.745	250
Total	79.745	261

As despesas realizadas com partes relacionadas no período referem-se a:

- RS 601 (RS 325 em 2017) provenientes de despesas com alugueis e condomínio do período.
- RS 4.121 (RS 2.676 em 2017) provenientes de serviços de cobrança e apoio administrativo prestados no período.
- RS 426 (RS 974 em 2017) provenientes de despesas com remuneração de depósito a prazo e letras de créditos imobiliários mantidos por demais pessoas físicas e jurídicas integrantes do Grupo Seculus no período.
- 4 (RS 55 em 2017) provenientes de despesas administrativas gastas com pessoal administrativo.
- RS 4 provenientes de doação à entidade filantrópica ligada em 2017.
- RS 4 (RS 68 em 2017) de receita proveniente de investimento em empresa ligada.
- RS 744 (RS 0 em 2017) de receita de cessão de crédito auferida em empresa ligada.

As captações e as transações acima descritas foram realizadas em condições pactuadas entre as partes. Os depósitos a prazos têm taxa máxima de 122% do CDI e prazo máximo de vencimento em 2 de junho de 2022.

(I) Outras partes relacionadas

- Os títulos de crédito a receber no total de R\$ 79.745 (R\$ 96.413 em 2017) com provisão no total de R\$ 5.184 (R\$ 6.285 em 2017) referem-se ao saldo em 30 de junho de 2018 da carteira de recebíveis créditos imobiliários adquirida de empresa ligada - Nota Explicativa nº 7.
- Depósitos à vista representados por RS 50 (RS 37 em 2017) de pessoa física e RS 211 (RS 635 em 2017) por empresas ligadas.
- Depósitos a prazo compostos de RS 6.356 (RS 9.241 em 2017) de pessoas físicas e RS 3.954 (RS 4.068 em 2017) por empresas ligadas.

Remuneração da Administração
De acordo com a Resolução CMN nº 3.921/2010, o Banco passou a estabelecer anualmente, através de Assembleia Geral Ordinária, a remuneração dos Administradores, que é acordada entre a Administração e a Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

19. Outras despesas operacionais

	2018	2017
Descontos concedidos nos recebimentos de créditos	(4.537)	(1.048)
Descontos concedidos nos recebimentos de recebíveis	(3)	(11)
Varição monetária passiva	(300)	(470)
Desp. atualiz. impostos e contribuições	(102)	(202)
Provisão sobre garantias prestadas	(3)	-
Outras despesas operacionais	(9)	(128)
Provisões para pagamentos a efetuar	(2.916)	(5.718)
Provisão para contingências - Trabalhistas	-	(980)
Provisão para contingências - Ações cíveis	-	(638)
Total	(7.870)	(9.195)

20. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
A conciliação do imposto de renda e da contribuição social nos resultados dos períodos podem ser sinteticamente demonstradas na forma seguinte:

	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação e participações estatutárias	26.403	26.403	7.242	7.242
Participações dos empregados	(1.246)	(1.246)	(392)	(392)
Adições (exclusões) permanentes	112	131	(1)	-
Diferenças temporárias ativas diferidas (a)	(6.919)	(6.923)	(6.218)	(6.218)
Diferenças temporárias passivas diferidas (b)	(92)	(92)	175	175
Resultado líquido ajustado	18.258	18.273	806	807
(-) Prejuízo fiscal/base negativa (d)	(5.477)	(5.482)	(242)	(242)
Base de cálculo tributável (c)	12.781	12.791	564	565
Alíquota-base	(1.917)	(2.558)	(85)	(113)
Alíquota adicional	(1.266)	-	(44)	-
Incentivos fiscais	19	-	4	-
Totais - Valores correntes	(3.164)	(2.558)	(125)	(113)
Diferença - Prov. do exercício anterior	-	-	-	-
Ajustes - Valores correntes	(3.164)	(2.558)	(125)	(113)
Base de cálculo tributável (b)	(92)	(92)	175	175
Passivo fiscal diferido	(23)	(18)	(44)	(35)
(3.187)	(2.577)	(167)	(148)	
Base de cálculo tributável (a)	(6.919)	(6.923)	(6.218)	(6.218)
(+/-) Ajuste à base de cálculo	-	(445)	-	-
Diferenças temporárias	(1.730)	(1.842)	(1.554)	(2.163)
Base de cálculo tributável (d)	(5.477)	(5.482)	(242)	(242)
(+/-) Ajuste à base de cálculo	-	2.194	-	-
Prejuízo fiscal/base negativa	(1.369)	(822)	(61)	(154)
Ativo fiscal diferido	(3.099)	(2.664)	(1.615)	(2.317)
Totais - Geral	(6.286)	(5.241)	(1.782)	(2.465)

	2018		2017	
	Depósitos a vista	Depósitos a prazo	Letras de créditos imobiliários	Receitas (despesas) do período
Pessoal chave da administração	-	11	113	(8)
Outras partes relacionadas (1)	79.745	250	10.197	(4.396)
Total	79.745	261	10.310	(4.404)

	2018	2017
Remuneração fixa	30	54
Contribuição - INSS	7	12

22. Outras informações
Ouidoria
Estreitando o relacionamento com os clientes, usuários e fornecedores de seus produtos e serviços, bem como com as instituições de proteção aos direitos econômicos, o Banco constituiu, desde outubro de 2007, seu componente organizacional de Ouidoria, em observância às normas vigentes, em especial à Resolução CMN nº 3.849/2010 (revogada pela Resolução CMN nº 4.433/2015). Sua atuação consiste em um canal de instância final de atendimento a demandas dos entes supramencionados.

Instrumentos financeiros e derivativos
Não há saldos e não ocorreram transações com instrumentos financeiros derivativos nos períodos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Artur Geraldo de Azevedo - Presidente	Ilvio Braz de Azevedo - Vice-presidente
Márcio José Siqueira de Azevedo - Conselheiro	
DIRETORIA	
Roberto Williams Silva Azevedo - Diretor-presidente	Lilian Lúcia Leão de Azevedo Pessoa - Diretor-vice-presidente
CONTADORA RESPONSÁVEL	
Maria Aparecida F. de Souza Costa - CRC-MG: 48852/O-2	

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 03/03

Aos Administradores e aos Acionistas do Banco Semear S.A.
Belo Horizonte - Minas Gerais

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Semear S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Semear S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou encerrar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e aval